

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Miriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS)/ Tina Braga (MTb/5853/RS)
Tiragem: 800 exemplares

Nº 1094

Fenajufe indica Ato no dia 9, na JE, para pressionar pelo PCS



Ato no Ticen reuniu 11 entidades. Foto: Tina Braga

A Fenajufe está convocando Dia Nacional de Lutas em defesa da aprovação dos PCSs para o dia 9 de maio. Esse é prazo final para quem tem pendências na Justiça Eleitoral poder regularizar sua situação para as eleições municipais de outubro. Outro motivo é que a XVII Plenária Nacional encerrará no dia 6 de maio. Assim, os Sindicatos terão mais condições de organizar as atividades.

O caráter das mobilizações continua o mesmo: reforçar a luta para pressionar que os Poderes Judiciário e Executivo abram, efetivamente, um canal de negociação e fechem um acordo orçamentário que garanta a aprovação do PL 6613/09, o PCS, no Congresso Nacional. Com a mudança no STF, onde o novo presidente, ministro Ayres Brito, tomou posse no dia 19, os servidores precisam cobrar que a cúpula do Judiciário Federal assumam o seu papel e vá até o governo federal tratar da revisão do Plano.

A Fenajufe avaliou que o foco do Dia Nacional de Luta, com manifestações e atos nos estados, deve ser a Justiça Eleitoral, uma vez que este é um ano de eleições

municipais. Os Sindicatos irão, no entanto, envolver todos os servidores do Judiciário, já preparando a categoria para as lutas que serão travadas nos próximos meses. Para o dia 9, a Fenajufe vai elaborar uma carta que será distribuída à população, explicando a necessidade da aprovação do PL 6613/09 e os motivos que levam à categoria a estar em luta nos últimos anos.

No dia 25 de abril, 11 entidades participaram do Ato no Terminal Central de Florianópolis, onde foi distribuída Carta Aberta à população. O Ato foi organizado pelo Fórum dos Servidores Públicos Federais de SC. Nas manifestações, os servidores disseram que, além de sofrer com o congelamento de salários, a categoria ainda é punida com a redução de direitos legitimamente conquistados. O ato serviu também para alertar para o sucateamento no serviço público, como os postos de atendimento do INSS, Saúde e Educação.

Edital de Convocação de Assembleia Estadual

Pelo presente edital, a Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (SINTRAJUSC), conforme estabelece o artigo 38 do Estatuto Sindical, faz saber aos trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina, que será realizada ASSEMBLEIA ESTADUAL no dia 08 de maio de 2012, terça-feira, a partir das 13h30, na rampa do TRT, em Florianópolis, que discutirá a seguinte pauta: 1) encaminhamentos da 17ª Plenária da FENAJUFE; 2) mobilização pelo PCS, e outros. Florianópolis, 02 de maio de 2012. Diretoria Executiva.

JF declara a legitimidade da paralisação para grupo de servidores - O Direito de Greve, que decisões do Judiciário cada vez encolhem mais, foi reconhecido em decisão recente para sete servidores da JT

de SC, que obtiveram, no dia 2 de abril, sentença procedente que reconheceu a legitimidade do Direito de Greve e a impossibilidade de descontos e anotação de faltas por parte do Tribunal.

Após terem um dia de trabalho descontado de sua remuneração por conta da paralisação realizada no dia 18 de outubro de 2011, os autores ajuizaram, através da assessoria jurídica do SINTRAJUSC, ação judicial que buscava a anulação do ato do TRT12 que havia determinado a anotação de falta injustificada e a suspensão da remuneração correspondente.

O Juiz da 3ª Vara Federal, Osni Cardoso Filho, julgou a ação procedente, declarando a nulidade da determinação do TRT. Para o juiz, a falta de uma lei específica de Greve para os servidores não pode impedir o exercício desse direito constitucional. Entendeu ainda que o TRT12 era ilegítimo para determinar a suspensão da remuneração dos grevistas, pois as controvérsias que envolvem o movimento paredista devem ser decididas através de dissídio de Greve, a ser julgado pelo TRF ou pelo STJ.

Fonte: Pita Machado Advogados

Informe Jurídico

DECISÃO DO TRF 4 ESTENDE O PAGAMENTO DA GAS A APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Os agentes de segurança aposentados e seus pensionistas terão direito à Gratificação de Atividade de Segurança, assim como os funcionários da ativa. A decisão unânime da 3ª Turma do TRF da 4ª Região foi tomada no dia 18/04, em julgamento de ação coletiva proposta pelo escritório Pita Machado Advogados, em nome do SINTRAJUSC.

Na sessão de 11/04, o relator, Juiz Federal Convocado João Pedro Gebran Neto, havia adiantado posição contrária à pretensão dos servidores. Após a sustentação oral do advogado Pedro Maurício Pita Machado, porém, o relator retirou o processo de pauta para melhor exame. No retorno, dia 18, votou pelo acolhimento do recurso, sendo acompanhado pelos demais julgadores.

Segundo a advogada Virginia Castiglione, de Pita Machado Advogados, foram tomados como base os precedentes de várias gratificações de atividade do Executivo, a exemplo da GDATA, sendo determinado o pagamento da GAS aos aposentados e pensionistas até a data da regulamentação da referida gratificação.

A decisão retroage a 2006 (implantação do PCS 3) e os aposentados e pensionistas abrangidos pela ação terão direito a atrasados, que serão calculados, após o trânsito em julgado, caso a caso.

Como a procedência foi parcial (até a regulamentação da vantagem), tanto a União quanto o Sindicato ainda poderão recorrer aos tribunais superiores em Brasília. *Fonte: Pita Machado Advogados*

XVII Plenária Nacional da Fenajufe será de 4 a 6 de maio

Entre os dias 4 a 6 de maio será realizada a XVII Plenária Nacional da Fenajufe, em São Luis, no Maranhão. O evento, o segundo maior fórum deliberativo da Federação, perdendo apenas para o Congrejufe, onde é eleita a diretoria da Fenajufe, reunirá mais de 300 servidores, entre delegados e observadores eleitos em assembleia geral convocada pelos Sindicato de base. O SINTRAJUSC terá 6 delegados.

Um dos principais temas que serão debatidos nos três dias, na capital maranhense, é a luta pela aprovação dos PLs 6613/09 e 6697/09 (PCS do Judiciário e do MPU) e contra os projetos do governo federal que retiram direitos dos servidores. Os delegados, durante o debate sobre o Plano de Lutas, deverão aprovar um novo calendário de mobilização para os próximos me-

ses. A ideia da Fenajufe é discutir, de forma aprofundada, com os representantes da categoria, novas ações visando o fortalecimento da campanha pela revisão salarial.

"O momento exige de nós muita unidade para definirmos um novo passo de nossa luta em defesa do PCS e contra a retirada de direitos, previstos em alguns projetos do governo em andamento no Congresso Nacional. A XVII Plenária terá, ainda, um papel importante de aglutinar forças, ouvindo as delegações de todo o país, para uma nova fase de nossa campanha, que exigirá muita mobilização e um grande esforço de todos nós", afirma Jean Loiola, coordenador da Fenajufe.

As teses inscritas e mais informações sobre a Plenária estão disponíveis na página da Fenajufe, no link: <http://www.fenajufe.org.br/XVII-Plenaria/plenaria2012.htm>.